

Constituinte: Líderes garantem aprovação da emenda

BRASÍLIA — Os líderes do PMDB e do PFL na Câmara, Pimenta da Veiga e José Lourenço, disseram ontem que a emenda do Governo que convoca a Constituinte será aprovada por ampla maioria e que a tendência da Aliança Democrática é mantê-la como foi enviada ao Congresso, sem modificações substanciais.

Mais cauteloso, o Presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, começou a procurar as lideranças dos partidos, consulta que pretende estender a entidades civis, para buscar uma solução conciliatória sobre a emenda do Governo. A primeira consulta, hostil, foi ao líder do PDS na Câmara, Prisco Viana.

O PDS não será massa de manobra de conchavos promovidos pela PMDB, que contradizem os propósitos do próprio Governo — garantiu Prisco, referindo-se às alterações que deverão ser sugeridas pelo Relator da Comissão Mista que examina a emenda, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP).

Ulysses reconheceu que a Comissão deve buscar soluções de consenso, porque a emenda só será aprovada com o quórum de dois terços (320 votos na Câmara e 46 no Senado), possível apenas com um entendimento entre os partidos.

O senhor parece ser o único a reconhecer isso, pois os senhores Pimenta da Veiga e Flávio Bierrenbach esqueceram que somos 120 Deputados — lembrou Prisco, com a ressalva de que nem mesmo o PFL (com cerca de cem Deputados) está aprovando as iniciativas do PMDB (204 Deputados).

O Presidente do PMDB informou que a consulta às entidades começará pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ulysses, na verdade, está refazendo a trajetória da Comissão Mista, que ouviu depoimentos de representantes da so-

Lyra acha utópica a posição da OAB

BRASÍLIA — O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, disse ontem que a posição da OAB e de outras organizações, em defesa da Constituinte eclesial, "é utópica e irrealista, dando a impressão de que as entidades não conhecem o processo político". Lyra refutou o temor de que seria um risco a aprovação de uma convocação contra os interesses da maioria da sociedade, afirmando que não existe, no momento, outra forma que não a proposta pelo Governo: Congresso com poderes constituintes.

O Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes, negou intenção da Sociedade de fazer uma "caixinha" a fim de arrecadar recursos para a campanha de empresários rurais candidatos à Constituinte, ao comentar declaração do Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio Brito, de que os empresários rurais estão se mobilizando financeiramente para eleger seus representantes.



“O Presidente pediu que trabalhássemos para manter como está a proposta”

JOSÉ LOURENÇO, Líder do PFL
(com PIMENTA DA VEIGA, Líder do PMDB)

cidade para recolher subsídios ao parecer do Relator.

Ulysses espera que o saldo dos contatos seja positivo, para que o Congresso tenha condições de aprovar um substitutivo à emenda do Governo que reflita o pensamento e a aspiração das correntes políticas representadas no Congresso e da sociedade.

O Presidente do PMDB vai conversar hoje com o Líder do PDT na Câmara, Nadyr Rossetti, e já pediu um encontro com o Deputado José Genoino (PT-SP). Até ontem à noite, o Líder do PTB, Gastone Righi, não havia recebido convite de Ulysses.

O Líder do PMDB na Câmara, Pi-

menta da Veiga, negou que haja impasse entre as posições do Governo e as do Relator Bierrenbach, como afirmou Prisco Viana.

— Não existe impasse. Passamos o dia de ontem (anteontem) reunidos com o Deputado Bierrenbach, que demonstrou uma grande compreensão, um grande desejo de avaliar a vontade da sociedade — disse.

Depois de afirmar que Bierrenbach tem o direito de fazer o relatório como quiser e que cabe ao Congresso decidir soberanamente, Pimenta informou que não existe entre os parlamentares qualquer tendência favorável à Constituinte autônoma e destacou como idéias em deba-

te eleições separadas para parlamentares e Governadores, a criação de uma comissão que se encarregaria da legislação ordinária durante os trabalhos da Constituinte e a questão dos delegados constituintes.

O Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, afirmou que as propostas de alteração da emenda serão votadas em separado, através de destaque, até mesmo as sugeridas no parecer do Relator. O Líder informou que, na reunião do Conselho Político de ontem, o Presidente José Sarney pediu aos líderes da Aliança Democrática que trabalhassem em favor da aprovação da emenda como foi apresentada.

Relator estuda saída para impasse: referendo para legitimar mandatos

BRASÍLIA — Desde ontem o Relator da Comissão Mista que examina a emenda do Governo, Deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), estuda uma saída para o impasse entre as forças políticas e a sociedade em relação à convocação da Constituinte: um referendo, após a elaboração da nova Constituição, para legitimar os mandatos dos eleitos em 1986 para o Congresso com poderes constituintes.

A idéia foi apresentada pelo jurista Miguel Reale Júnior, anteontem em reunião na casa do Presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, da qual participaram ainda o Líder do partido na Câmara, Pimenta da Veiga, o Relator da Comissão das Prerrogativas, Cássio Gonçalves (PMDB-MG), e o Presidente do Senado José Fragelli, além do próprio Bierrenbach.

O Relator disse que a proposta foi longamente discutida sem que se chegasse a uma conclusão, mas informou que a sugestão mereceu pelo menos uma objeção: significaria

uma cassação "a posteriori". Bierrenbach endossou essa opinião ontem, em entrevista, e não conseguiu disfarçar sua contrariedade com a idéia.

Outra questão discutida na reunião foi a desincompatibilização dos ocupantes de cargos executivos que pretendam se candidatar às eleições. Fragelli informou que a tendência do Senado é fixar o prazo em nove meses. Se houver antecipação da data da eleição para a Constituinte — conforme defende Bierrenbach, que prefere o dia 7 de setembro de 1986 — o prazo final para a desincompatibilização seria 7 de dezembro deste ano.

A participação na Constituinte dos 23 Senadores eleitos em 1982, com mandato até 1990, também foi debatida na reunião. Pimenta da Veiga é favorável a que a própria Constituinte decida a questão. Bierrenbach disse que, mesmo não havendo qualquer proposta, poderá abordar o assunto no seu relatório.

Divergência sobre custo da anistia

BRASÍLIA — Em documento distribuído ontem no Congresso, três entidades que lutam pela ampliação da anistia aos militares contestam dados das Forças Armadas e asseguram que menos de Cr\$ 2,2 trilhões seriam suficientes para o pagamento dos salários que deixaram de ser recebidos pelos oficiais e praças punidos. Segundo informações militares, só o Exército gastaria Cr\$ 3 trilhões.

As entidades contestam ainda o argumento de desatualização dos cassados, propondo que os militares, ao retornarem ao serviço ativo, se submetam aos cursos necessários. O documento afirma que, dos que retornarem, apenas 88 permanecerão na ativa, e mesmo assim por no máximo quatro anos.

O Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e o Relator da Comissão da Constituinte, Flávio Bierrenbach, vão receber as entidades hoje, mas o Ministro da Justiça, Fernando Lyra, acha que a ampliação da lei da anistia é politicamente inoportuna e cria "frisson" na área militar.

Desorganização nacional

Bem mais útil que discutir a Constituinte, como lembrava outro dia o empresário Henry Maksoud, é discutir a Constituição. Descontado o fato de que não precisamos de uma Assembléia Constituinte, porque o Congresso pode fazer tudo o que a Constituinte quiser fazer, o que nos importa mesmo, aos cidadãos que teimosamente pretendem transformar o Brasil numa democracia, é imaginar que democracia será essa. A julgar pelos discursos com que somos freqüentemente brindados nos debates de televisão, a idéia é bem imprecisa, para dizer o menos.

Para dizer o mais, digamos que o Brasil é hoje uma nação desorganizada, com o Estado a intervir, canhestra ou desastrosamente, na vida dos cidadãos. O Estado, como existe hoje, não serve à Nação, obrigada, não raro, a defender-se dele e de seus agentes, ocupados em regular-nos a vida, no grande e no pequeno. Por atacado e no varejo.

Agora mesmo, as capitais de todos os Estados assistem às campanhas que vão eleger os novos prefeitos. Mas o interesse pela escolha do prefeito de uma cidade com o Rio de Janeiro, por exemplo, não está no fato de que a eleição de um determinado candidato possa influir consideravelmente na qualidade da vida dos cariocas. O prefeito do Rio de Janeiro, seja quem for, pode muito pouco. Para começar, não é de sua esfera de competência, ainda por exemplo, o estado da Avenida Brasil, principal e mais usada via de acesso à cidade. Para continuar, o prefeito nada pode fazer para garantir a segurança do contribuinte: a sensação de andar com medo pelas ruas incorporou-se à alma dos cariocas, e à dos paulistas, como em breve à dos habitantes de outras grandes cidades brasileiras. Pergunta-se: haverá bem mais precioso que a liberdade de transitar livremente pelas ruas, sem o permanente receio de perder a vida nas mãos de algum pivete? E ainda: não deveriam, o Prefeito, a Câmara Municipal e os habitantes de qualquer cidade, grande ou pequena, ser livres

para decidir de que forma desejam resolver os seus próprios problemas de segurança? A nova Constituição não pode limitar esse direito fundamental. A questão da segurança individual é hoje a principal preocupação dos cidadãos em qualquer grande cidade. E até em algumas pequenas. No entanto, se o Prefeito de Cabo Frio, por exemplo, quiser criar a sua própria polícia, não poderá fazê-lo. Pela razão de que o centralismo legal vigente não o permite. E também porque alguém decide que esta lei deve ser cumprida. Contudo, quando funcionários públicos e trabalhadores em atividades essenciais decidem entrar em greve, o governo declara a greve ilegal e depois faz um acordo em torno da greve declarada ilegal. Que não é ilegal por que o governo a declara, mas porque a própria Constituição em vigor o diz, com todas as letras.

O Ministério da Educação vai dispor, em 86, de 13 por cento da arrecadação federal, para aplicar como quiser. Não seria mais sensato, racional e até barato transferir aos municípios a responsabilidade de aplicar todos aqueles trilhões de cruzeiros? O Brasil, visto de Brasília, é todo igual. Entretanto, há no país cidades que não precisam mais de escolas. E teriam aplicação melhor para o dinheiro, de acordo com o desejo dos contribuintes que elegem os prefeitos.

Ainda agora vimos o Presidente da República vetar projeto dispondo sobre o subsídio dos vereadores. E ou não ridículo pretender regular, em lei federal, a remuneração de milhares de vereadores em milhares de diferentes cidades do País? Alega-se que, não sendo assim, cometerão abusos. Seja, mas, se o fizerem, serão punidos pelos próprios eleitores. Tanto é assim que, vetada a pretensão absurda, nenhum vereador protestou. Se tivesse passado, a culpa não seria deles. Mas da lei federal. Em suma, a nova Constituição pode fazer isto: pode declarar a maioria do cidadão brasileiro.

WALTER FONTOURA

Diretor da Sucursal de O GLOBO em São Paulo